

A PERCEPÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL ACERCA DO RACISMO INSTITUCIONAL

Pamela I. Muniz¹

Resumo

Oportunizar o aprofundamento teórico sobre racismo institucional, preconceito, discriminação e raça, entre outras expressões que denotam a materialização de sentimentos de superioridade étnica de um determinado grupo sobre outro, ainda que vivamos em pleno século XXI, faz-se muito necessário. Para tanto, a formação do profissional do assistente social deve ser ampla e irrestrita, buscando aproximar as especificidades técnicas das tensões sociais presentes na contemporaneidade. Assim, o estudo ora apresentado busca dar visibilidade à percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Valeu-se da pesquisa bibliográfica e do método qualitativo e descritivo, desenvolvido com base na análise do artigo científico da doutora em Serviço Social, Márcia Campos Eurico, publicado pela revista *Serviço Social & Sociedade* (2013). Demonstrou que reflexões sobre a questão racial precisam ser incorporadas ao cotidiano da categoria, muito embora algumas situações façam emergir do tecido social as dificuldades de os assistentes sociais relacionarem a realidade vivenciada pela população negra, com a prática profissional.

Palavras-chave: Racismo institucional. Racismo. Serviço Social.

1 Introdução¹

Este estudo é fruto de reflexões do trabalho de portfólio desenvolvido em pleno período de pandemia do COVID-19. Suscitou o aprofundamento teórico acerca do racismo, preconceito, raça, etnia, discriminação racial e racismo institucional, entre outras expressões que denotam a materialização de sentimentos de superioridade étnica de um determinado grupo sobre outro. Evidenciou a urgência da exploração do tema central do estudo.

O advento do século XXI não foi suficiente para eliminar do cotidiano mundial, tampouco do brasileiro, as mazelas do racismo. Isso demonstra que não é por acaso que se vê essa matéria ser debatida de forma superficial quando da formação dos profissionais assistentes sociais. O processo formativo deveria primar pela relação ampla e irrestrita de temáticas étnico-raciais, buscando conectar as especificidades técnicas às tensões sociais presentes na contemporaneidade.

A análise do artigo *A percepção do assistente social acerca do racismo institucional*, publicado pela revista *Serviço Social & Sociedade*, edição n. 114, ano 2013, buscou dar visibilidade à percepção do assistente social acerca do racismo institucional em espaços socio-ocupacionais. De autoria de Márcia Campos Eurico, mestra e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, estruturou-se com base no relato feito por quatro assistentes sociais, duas atuantes no Judiciário e outras duas na área da Saúde.

¹ Resenha Crítica Informativa- Trabalho de Portfólio. Pólo de Apoio Presencial: Bagé, RS. E-mail: pamelaiedamuniz@hotmail.com.

Intencionalmente escolhidas, a opção pelas áreas acima referidas baseou-se, segundo a autora, na “relevância das pesquisas que apontam o pertencimento étnico racial como fator de acesso desigual às políticas públicas ou determinante nas situações de maior probabilidade de adoecimento e/ou morte em certas circunstâncias” (EURICO, 2013, p. 291) e por sofrerem indiscriminadamente violências físicas, psicológica e/ou discriminação racial.

A visita no referido artigo oportunizou a aproximação com um texto logicamente estruturado, com teor metodológico e fundamentação teórica substancial, passível de recomendação a acadêmicos e profissionais do serviço social, bem como ao público em geral, interessado em aprofundar o assunto.

2 Desenvolvimento

Intitulado *A percepção do assistente social acerca do racismo institucional*, o artigo em análise partilha algumas das reflexões protagonizadas pela autora quando da produção de sua dissertação de mestrado, propondo-se discutir o racismo institucional e sua relação com as vivências do(a) assistente social. Buscou examinar o juízo feito por assistentes sociais acerca da questão racial, as percepções em relação ao cotidiano da população negra e a adoção de práticas modificadoras das relações sociais.

A estratégia metodológica adotada pela autora valeu-se de pesquisa qualitativa, realizada em virtude do potencial de apreensão crítica da realidade. Por meio de entrevistas abertas, os sujeitos do estudo puderam expor suas percepções acerca do racismo e da discriminação em espaços socio-ocupacionais. Estruturou-se com base no relato feito por quatro assistentes sociais, duas atuantes no Judiciário e outras duas na área da Saúde. Intencionalmente escolhidas, a opção pelas áreas acima referidas baseou-se, segundo a autora, na “relevância das pesquisas que apontam o pertencimento étnico racial como fator de acesso desigual às políticas públicas ou determinante nas situações de maior probabilidade de adoecimento e/ou morte em certas circunstâncias” (EURICO, 2013, p. 291) e por sofrerem indiscriminadamente violências físicas, psicológica e/ou discriminação racial. O artigo em tela foi publicado pela revista *Serviço Social & Sociedade*, um periódico com versões impressa e digital. Desde a sua criação em 1979, a revista *Serviço Social & Sociedade* tem se proposto dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais, de categorias afins, bem como de suas entidades representativas.

Dividido em quatro subtítulos, o artigo destaca-se por oportunizar o aprofundamento teórico sobre racismo, preconceito, raça, etnia, discriminação racial e racismo institucional,

permitindo ao leitor situar-se em meio a tantas definições acerca da temática.

Ao discorrer sobre o surgimento do Serviço Social, a autora destaca que

À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, **as relações raciais não são problematizadas adequadamente**, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe (EURICO, 2013, p. 292, grifo meu).

E acrescentou que

Várias modificações e determinações sócio-históricas consolidam um Serviço Social maduro, na década de 1980, entre elas a incorporação de uma análise crítica orientada pela herança marxista que permite uma apreensão do **movimento de transformação da realidade social** (EURICO, 2013, p. 292, grifo meu).

Segundo Munanga (2006), a conceituação da palavra raça tem cunho social e político, não restando para a ciência (biologia molecular) dúvidas de que essa conceituação existe apenas na cabeça dos racistas e de suas vítimas. E o mesmo autor acrescenta, trazendo à tona quão vultuoso é o debate acerca do racismo:

Da mesma maneira que o Brasil criou seu racismo com base na negação do mesmo, os racismos contemporâneos não precisam mais do conceito de raça. A maioria dos países ocidentais pratica o racismo antinegros e antiárabes sem mais recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, servindo-se apenas dos conceitos de diferenças culturais e identitárias (MUNANGA, 2006, p. 53).

Todavia, à época da consolidação do Serviço Social, esse movimento não compreendeu a questão racial como uma das expressões da questão social, reafirmando a histórica invisibilidade da população negra e das questões sociais que a ela dizem respeito. Nesse sentido, a autora exercita a crítica ao serviço social, relatando que, a despeito das reivindicações do movimento negro pela ressignificação da questão racial no Brasil, “a contribuição da profissão na produção do conhecimento acerca dessa temática permanece muito tímida” (EURICO, 2013, p. 291).

Corroborando a crítica de Eurico (2013), Correia (2020) faz menção ao Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XV ENPESS), realizado em 2016 que, em seu propósito de produzir conhecimento junto a assistentes sociais, professores/as, pesquisadores/as, estudantes e militantes, evidenciou que

Dos 885 trabalhos aprovados para apresentação/exposição, apenas 138 estavam direcionados ao eixo temático sobre “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade”. Isso significa um percentual de 15,59% do total. Dentro da realidade do eixo, aproximadamente

21,7% entram na discussão direta sobre as categorias raça/racismo/etnia/ e questão étnico-racial (CORREIA, 2020, p. 121).

E ainda destacou que o silenciamento da questão étnico-racial no serviço social brasileiro dá-se em razão do “distanciamento dos/as trabalhadores/as negros/as do trabalho formal e, conseqüentemente, da cidadania regulada” (CORREIA, 2020, p. 115), uma vez que não estavam entre os primeiros profissionais do serviço social, os negros (pretos e pardos). Acrescentou que “daí decorre o fato de que suas demandas não fizeram parte das requisições à profissão, uma vez que as funções que lhe foram atribuídas, desde a sua origem, estão relacionadas à resposta do Estado à ‘questão social’” (CORREIA, 2020, p. 115).

Não menos importante, o artigo traz elementos a respeito do surgimento da negação do racismo no Brasil que, segundo a autora, foi motivada por cientistas sociais que “utilizavam, em geral, o padrão de relações raciais dos Estados Unidos da América para comparar, contrastar e entender a construção social das raças em outros países e especialmente no Brasil” (EURICO, 2013, p. 291).

Ao adentrar a temática da institucionalização do racismo, a autora aprofunda os conceitos de raça/etnia, afrodescendência, questão racial e questão social, apontando que

O processo é contraditório e exacerba questões que por séculos o país tenta silenciar. A tarefa é árdua, pois **o racismo perpassa todas as esferas da vida cotidiana, se reproduz nas instituições e constantemente é naturalizado**. A banalização da questão racial atinge inclusive uma parcela importante da população negra que não consegue perceber a trama de relações sociais e se culpabiliza por sua condição social (EURICO, 2013, p. 298, grifo meu).

Assim, as entrevistas realizadas ao longo do estudo corroboraram o aprofundamento teórico da pesquisa, especialmente no que diz respeito à suposição de que a eliminação do racismo, em todas suas formas, perpassa pelo branqueamento da população, através da miscigenação (EURICO, 2013, p. 305), uma vez que as pessoas “não são discriminadas apenas pela sua descendência, mas pelo fenótipo — cor da pele, traços faciais, tipo de cabelo —, pelo externo, no momento em que acessam o mercado de trabalho, os serviços públicos, os espaços coletivos etc” (EURICO, 2013, p. 297).

Em razão das percepções auferidas ao longo do estudo, a autora aponta que:

não é mais tolerável na atualidade a falta de compromisso profissional coletivo em relação à questão racial, seja porque há um amplo debate na sociedade sobre a promoção da igualdade racial (...), seja porque o projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993, reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação

como princípios éticos fundamentais (EURICO, 2013, p. 308, grifo meu).

Nesse sentido, Correia (2020) volta seu olhar para o impacto causado por essa falta de compromisso na formação do profissional assistente social, sustentando que

o “mito da democracia racial” tratou de delimitar o olhar apenas para os episódios mais marcantes da história da questão étnico-racial no país. Mesmo nos dados concretos da realidade e no cotidiano marcado de determinações étnico-raciais visíveis, ela não é compreendida pelo conjunto da categoria como relevante para a formação profissional. Assim, esse silêncio inicia-se na formação e graduação, se fortalece na pós-graduação e solidifica-se na produção do conhecimento, indicando o quanto o mito do Brasil como paraíso racial fez silenciar a questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro (CORREIA, 2020, p. 115).

3 Metodologia

O método de pesquisa é um elemento indispensável para a elaboração do novo conhecimento, visto que é através dele que se viabilizam as evidências científicas sobre determinado assunto. Para Galliano (1986), o método significa o caminho para se chegar a um fim.

Nesse sentido, o estudo em tela valeu-se do método descritivo e analítico, desenvolvido com base em artigo científico de autoria de Márcia Campos Eurico, mestra e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP, a partir de sua tese de mestrado. Os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico em estudo.

A análise foi produzida no curso da disciplina de Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social, Dimensão Teórica/Marxismo do curso de Bacharelado em Serviço Social pelo Centro Universitário Internacional- UNINTER.

4 Considerações finais

Ao final do estudo, com base nas indicações auferidas ao longo do percurso, observa-se que a reflexão sobre a questão racial precisa ser incorporada ao cotidiano da categoria profissional do serviço social, seja através dos espaços socio-ocupacionais, seja dos centros de formação acadêmica. Ademais, é sabido de antemão que, em alguns casos, estas reflexões poderão vir a tensionar o tecido social e fazer emergir desses espaços as dificuldades em relacionar a realidade vivenciada pela população negra com o Código de Ética Profissional, cujos “princípios são citados abstratamente, sem a necessária conexão com a realidade vivenciada pela população negra” (EURICO, 2013, p. 306).

Destaca-se que a autora do artigo *A percepção do assistente social acerca do racismo institucional* foi muito feliz no emprego de linguagem clara, estruturação lógica e fundamentação teórica. Da mesma forma, na utilização de pesquisa qualitativa como ferramenta metodológica.

Pelo apanhado conceitual constante no artigo, recomenda-se a leitura por acadêmicos e profissionais do serviço social, independentemente da área de atuação, bem como ao público em geral, interessado em aprofundar o assunto.

Referências

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo/ SP, n. 114, p. 29- 310, abr/jun. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n114/n114a05.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. O silenciamento da questão étnico- racial no serviço social brasileiro. In: MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. p. 115-138. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismo-estrutural-202006251609458647220.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Galliano%20-%20O%20Metodo%20Cientifico%20-%20Teoria%20e%20Pratica.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade, negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>. Acesso em: 23 jan. 2021.